



Prefeitura de Feira de Santana - BA
Professor – Pedagogia

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia textual	2
Ortografia oficial	4
Acentuação gráfica.....	5
Emprego das classes de palavras.....	7
Emprego do sinal indicativo de crase.....	21
Sintaxe da oração e do período	22
Pontuação	28
Concordância nominal e verbal	33
Regência nominal e verbal.....	35
Significação das palavras.....	38
Questões	39
Gabarito.....	55

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções De Lógica; Proposições Lógicas Simples E Compostas; Conectivos Lógicos ...	1
Diagramas Lógicos: Conjuntos E Elementos	9
Lógica Da Argumentação	12
Tipos De Raciocínio	16
Elementos De Teoria Dos Conjuntos.....	17
Análise Combinatória E Probabilidade.....	24
Questões	30
Gabarito.....	35

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Internet e aplicativos. Ferramentas de busca. Navegadores (browser).....	1
Correios eletrônicos.....	9
Pacote Microsoft Office: Editores de planilhas, Editores de texto e Editores de apresentação.....	12
Questões	37
Gabarito.....	45

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro.....	1
A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias	2
avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental- Anos Iniciais e a Educação Infantil.....	2
A sala de aula como espaço de aprendizagem.....	18
As teorias do currículo.....	19
As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia	24
Alfabetização e letramento	27
Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social	30
Políticas educacionais para a educação básica: as diretrizes curriculares nacionais. (etapas e modalidades).....	32
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	47
Os fundamentos de uma escola inclusiva	104
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	106
Educação para as relações étnico-raciais.....	114
O Sistema de Avaliação da Educação Básica. As avaliações nacionais da educação básica	118
Legislação educacional: Constituição Federal de 1988	119
LDB, – Lei federal nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996 e suas atualizações.....	122
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.....	151
Lei do FUNDEB	216
Seleção e Organização dos Conteúdos para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.....	240
Questões	243
Gabarito.....	253

SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.



As tendências pedagógicas sistematizadas por José Carlos Libâneo oferecem uma compreensão profunda das principais correntes que moldaram o panorama educacional brasileiro. Libâneo, renomado educador e pesquisador, categorizou essas tendências em seu livro “Didática”, proporcionando uma análise crítica que ajuda a compreender as diferentes abordagens adotadas na prática pedagógica.

Pedagogia Liberal Tradicional

A pedagogia liberal tradicional é marcada pela transmissão de conhecimentos de forma autoritária e hierárquica. Inspirada em correntes filosóficas como o idealismo, essa abordagem enfatiza a autoridade do professor como detentor do saber. A sala de aula é estruturada de maneira vertical, com o professor conduzindo as aulas de maneira expositiva. O aluno é visto como um receptor passivo de informações, sendo avaliado principalmente por meio de provas e testes. Disciplina, memorização e rigidez são características marcantes desse modelo.

Pedagogia Liberal Renovada Progressivista

A pedagogia liberal renovada progressivista surge como uma resposta às limitações da abordagem tradicional. Inspirada em teóricos como Decroly e Montessori, essa tendência busca introduzir métodos mais dinâmicos e centrados no aluno. Valoriza a liberdade e a espontaneidade na aprendizagem, estimulando a participação ativa dos alunos. A avaliação pode ser mais flexível, considerando não apenas testes, mas também a observação do desenvolvimento e das habilidades individuais. Apesar das inovações, ainda mantém uma estrutura hierárquica na relação professor-aluno.

Pedagogia Renovada Não-diretiva

A pedagogia renovada não-diretiva, associada a Carl Rogers, propõe uma abordagem mais democrática e centrada no aluno. Nesse modelo, o professor atua como um facilitador, proporcionando um ambiente de aprendizagem onde os alunos têm maior autonomia na escolha dos temas e métodos de estudo. A avaliação é menos formal, focando no desenvolvimento individual e na autoavaliação. A ênfase recai na autorregulação e na expressão livre das ideias, promovendo a participação ativa e a responsabilidade dos alunos pelo próprio aprendizado.

Pedagogia Tecnicista

A pedagogia tecnicista, influenciada pelo behaviorismo de Skinner, destaca a eficiência do ensino. Nessa abordagem, o ensino é planejado de maneira sistemática, baseando-se em técnicas de condicionamento para moldar comportamentos desejados. A aprendizagem é vista como uma resposta a estímulos, e a avaliação é frequentemente quantitativa, medindo o desempenho por meio de testes padronizados. A relação professor-aluno é mais objetiva, com o professor assumindo um papel de especialista que guia o processo de ensino de maneira predefinida.

Pedagogia Progressista Libertadora

A pedagogia progressista libertadora, associada ao pensamento de Paulo Freire, é pautada na ideia central de que a educação deve ser um instrumento de libertação. Nessa abordagem, o educador não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas também um facilitador do processo de conscientização. Paulo Freire propõe a superação das relações opressivas por meio da educação, utilizando o diálogo como instrumento fundamental. Os conteúdos são contextualizados na realidade dos alunos, problematizando suas experiências e incentivando a reflexão crítica. A avaliação é concebida como um processo contínuo e participativo, indo além da simples verificação de conhecimentos.

Pedagogia Libertária

A pedagogia libertária, por sua vez, é uma corrente que defende a autonomia e a liberdade do indivíduo no processo educacional. Inspirada em pensadores como Ivan Illich e Paul Goodman, essa abordagem propõe a descentralização do ensino, questionando as estruturas tradicionais de escolarização. Os defensores da



Conhecimentos Específicos

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem é o documento criado para estabelecer direitos e deveres dos profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem, parteiras), delimitando padrões éticos e morais.

A resolução mais recente aprovada e editada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem foi publicada no Diário Oficial da União em novembro de 2017 (Resolução COFEN N°564/2017).

RESOLUÇÃO COFEN N°564/2017

O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que nos termos do inciso III do artigo 8º da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, compete ao Cofen elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que o Código de Deontologia de Enfermagem deve submeter-se aos dispositivos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra (1949), cujos postulados estão contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras (1953, revisado em 2012);

CONSIDERANDO a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005);

CONSIDERANDO o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993, reformulado em 2000 e 2007), as normas nacionais de pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 196/1996), revisadas pela Resolução nº 466/2012, e as normas internacionais sobre pesquisa envolvendo seres humanos;

CONSIDERANDO a proposta de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, consolidada na 1ª Conferência Nacional de Ética na Enfermagem – 1ª CONEENF, ocorrida no período de 07 a 09 de junho de 2017, em Brasília – DF, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem e Coordenada pela Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituída pela Portaria Cofen nº 1.351/2016;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as sugestões apresentadas na Assembleia Extraordinária de Presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem, ocorrida na sede do Cofen, em Brasília, Distrito Federal, no dia 18 de julho de 2017, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 491ª Reunião Ordinária,